

***Cleyson de Moraes Mello***

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ  
Professor do PPGD da UERJ e UVA  
Coordenador do Curso de Direito do UniFAA  
Professor Adjunto do Departamento de Teorias e  
Fundamentos do Direito (UERJ)  
Advogado

# **Mandado de Segurança**

## **Individual | Coletivo**



EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

[www.editoraprocesso.com.br](http://www.editoraprocesso.com.br)

[www.catalivros.com.br](http://www.catalivros.com.br)

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio LTDA ME

Copyright © 2021 - Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados.

*Conselho Editorial*

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitre Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Cleyson de Moraes Mello

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alverne Barreto Lima

Mauricio Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Zeno Veloso

*Diagramação - Mariana Carvalho*

*Capa - Alexander Marins*

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

MELLO, Cleyson de Moraes

1184182

M343m Mandado de Segurança - Cleyson de Moraes Mello

Rio de Janeiro: Processo 2021  
177p. ; 23cm

ISBN 978-85-93741-88-3

1. Direito penal. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – PRIMEIRAS LINHAS .....</b>	<b>15</b>
1.1 Introdução.....	15
1.2 Histórico do Mandado de Segurança.....	16
1.3 Natureza Jurídica .....	21
1.4 Características Gerais .....	22
1.5 Objeto – Hipóteses de Não Cabimento de Mandado de Segurança .....	25
1.5.1 Atos de Gestão Comercial .....	26
1.5.2 Ato do Qual Caiba Recurso Administrativo com Efeito Suspensivo.....	27
1.5.3 Decisão Judicial da Qual Caiba Recurso com Efeito Suspensivo.....	29
1.5.4 Decisão Judicial Transitada em Julgado.....	30
1.5.4.1 Exceção: Cabe Mandado de Segurança para o Exercício do Controle da Competência dos Juizados Especiais.....	31
1.5.4.2 Exceção: no Curso do Processamento do Mandado de Segurança Ocorrer o Trânsito em Julgado.....	32
1.5.5 Ato Jurisdicional que Defere o Desbloqueio de Bens e Valores.....	33
1.5.6 Decisão Proferida em Execução Fiscal no Contexto do Art. 34 da Lei nº 6.830/1980.....	34
1.5.7 Ato Legislativo (Lei em Tese).....	35
1.5.8 Atos <i>Interna Corporis</i> .....	36
1.5.9 Atos Políticos.....	36
1.5.10 Decisão Interlocutória nos Juizados Especiais .....	37
1.6 Mandado de Segurança Preventivo e Repressivo.....	37

<b>Capítulo 2 – DIREITO LÍQUIDO E CERTO .....</b>	<b>39</b>
2.1 Conceito de Direito Líquido e Certo .....	39
2.2 Questões Controvertidas de Direito.....	41
2.3 Mandado de Segurança sem Prova Documental .....	42
2.4 Lei de Efeitos Concretos .....	42
2.5 Prazo: Decadência e Direito Líquido e Certo .....	43
<b>Capítulo 3 – PARTES .....</b>	<b>47</b>
3.1 Legitimidade Ativa no Mandado de Segurança Individual .....	47
3.2 Litisconsórcio Facultativo Ativo .....	47
3.3 Sucessão Processual .....	49
3.4 Substituição Processual .....	50
3.5 Legitimidade Passiva no Mandado de Segurança Individual... ..	51
3.5.1 Teoria da Encampação.....	56
3.5.2 Autoridade Coatora em Atos Colegiados, Atos Complexos e Atos Compostos.....	58
3.5.3 Autoridades Públicas por Equiparação.....	64
3.6 Intervenção de Terceiros e Mandado de Segurança .....	70
<b>Capítulo 4 – COMPETÊNCIA.....</b>	<b>73</b>
4.1 Introdução.....	73
4.2 Competência Absoluta e Relativa.....	73
4.3 Regras Gerais para Apuração de Competência .....	74
4.4 Critérios para a Fixação da Competência .....	77
4.5 Competência do Supremo Tribunal Federal - STF.....	79
4.6 Competência do Superior Tribunal de Justiça - STJ .....	81
4.7 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	82
4.8 Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	83
4.9 Competência do Tribunal Regional do Trabalho .....	83
4.10 Competência da Justiça do Trabalho .....	83

4.11	Competência da Justiça Federal .....	83
4.12	Competência dos Tribunais de Justiça.....	84
4.13	Competência da Turma Recursal do Juizado Especial.....	85
4.14	Competência dos Juizados Especiais Federais .....	85
4.15	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	86
4.16	Causas contra a União .....	87
4.17	Quadro Resumo .....	88
<b>Capítulo 5 – PETIÇÃO INICIAL E PROCEDIMENTOS .....</b>		<b>93</b>
5.1	Petição Inicial .....	93
5.2	Emenda da Petição Inicial .....	95
5.3	Admissibilidade .....	96
5.4	Indeferimento da Petição Inicial.....	97
5.5	Litispêndência e Mandado de Segurança .....	99
5.6	Procedimentos no Mandado de Segurança.....	101
5.7	Medida Liminar .....	101
5.8	Prioridade no Processo do Mandado de Segurança.....	105
5.9	Manifestação do Ministério Público.....	106
5.10	Sentença.....	108
5.11	Coisa Julgada e Período Pretérito.....	109
5.12	Suspensão da Segurança.....	112
5.12.1	Conceito.....	112
5.12.2	Partes .....	112
5.12.3	Objeto .....	113
5.12.4	Competência .....	114
5.12.5	Reiteração do Pleito e Agravo Interno .....	115
5.12.6	Expansão dos Efeitos da Suspensão .....	116
5.13	Procedimento nos Casos de Competência Originária dos Tribunais.....	119

5.14 Recurso Ordinário Constitucional para o STF .....	119
5.15 Recurso Ordinário Constitucional para o STJ .....	119
5.16 Recurso Especial para o STJ .....	120
5.17 Quadro-Resumo: Recursos .....	120
5.18 Sanção pelo Descumprimento – Crime de Desobediência ...	121
5.19 Desistência do Mandado de Segurança .....	122
5.20 Mandado de Segurança e Ação Comum.....	123
5.21 Mandado de Segurança e Ação Rescisória.....	123
<b>Capítulo 6 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....</b>	<b>127</b>
6.1 Introdução.....	127
6.2 Mandado de Segurança Coletivo (Art. 5º, LXX, CRFB/88)..	130
6.3 Bens Jurídicos Tutelados.....	136
6.4 Coisa Julgada e Litispendência.....	138
6.5 Liminar .....	139
<b>Capítulo 7 – REPERCUSSÕES GERAIS, RECURSOS REPETITIVOS E SÚMULAS (STF E STJ) ENVOLVENDO MANDADO DE SEGURANÇA.</b>	<b>141</b>
7.1 Repercussões Gerais.....	141
7.2 Recursos Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça .....	142
7.3 Súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF).....	143
7.4 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) .....	146
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
 <b>ANEXO I</b>	
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO PELO PDT CONTRA ATO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA JAIR BOLSONARO NOMEANDO ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL.....	<b>151</b>
 <b>ANEXO II</b>	
LEI 12.016/2009 (DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO).....	<b>169</b>